



INFORME JURÍDICO

ANO XXVI

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

18 / ABRIL / 2022

STF: GILMAR MENDES DEVOLVE AÇÃO BILIONÁRIA SOBRE ICMS DE VAREJISTAS

Ministro desistiu de tirar o caso do Plenário Virtual

Por Joice Bacele

[Leia Mais](#)

TRIBUTOS

CARF: CRÉDITOS PRESUMIDOS DE ICMS COMPÕEM BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS

Para a maioria dos conselheiros, o benefício não pode ser considerado subvenção para investimento

MARIANA BRANCO

[Leia Mais](#)

DÍVIDAS COM A UNIÃO

CONGRESSO E GOVERNO NEGOCIAM ENXERTAR NOVA VERSÃO DE REFIS EM MP EM TRAMITAÇÃO

Medida pode representar alívio de caixa para empresas e ainda ajudar Bolsonaro e seus aliados no ano eleitoral

FABIO GRANER

BÁRBARA BAIÃO

[Leia Mais](#)

CARF VOLTA A JULGAR PROCESSOS TRIBUTÁRIOS DE VALOR ELEVADO

Portaria do Ministério da Economia revogou regra que estabelecia teto para julgamentos virtuais. Os processos tributários de alto valor vão voltar a tramitar no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Uma portaria publicada nesta segunda-feira (11) pelo Ministério da Economia - nº 3.125 - revogou a norma que estabelecia teto de R\$ 36 milhões para os julgamentos.

[Leia Mais](#)

TRIBUTÁRIO

1ª TURMA SUPERIOR DO CARF MUDA ENTENDIMENTO E PERMITE CONCOMITÂNCIA DE MULTAS

Entendimento é reflexo da mudança de composição na turma, já que antes o contribuinte vencia por desempate

MARIANA RIBAS

[Leia Mais](#)

TRIBUTÁRIO

LIMITES NOS PEDIDOS DE RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO DE IRPJ E CSLL PELA RECEITA

Decisão da 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais do Carf é importante precedente para os contribuintes

RENATO SILVEIRA

[Leia Mais](#)

TRIBUTÁRIO

STF MANTÉM DECISÃO QUE SUSPENDEU A COBRANÇA DO DIFAL DE ICMS EM 2021

Supremo já havia decidido que os estados não poderiam fazer cobrança sem lei complementar regulando o tema

CRISTIANE BONFANTI

[Leia Mais](#)

ACABA A CRIMINALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO?

Toda a dinâmica obrigacional entre contribuinte e Fisco ocorre dentro de um cenário de eterna tensão

Por Caio Cesar Nader Quintella

[Leia Mais](#)

TRIBUTÁRIO

CARF PERMITE AMORTIZAR ÁGIO SEM PROVAR A NECESSIDADE NA AQUISIÇÃO DE DEBÊNTURES

A questão representou a primeira vitória dos contribuintes sobre o tema na instância máxima do conselho

MARIANA RIBAS

[Leia Mais](#)

JUDICIÁRIO PAULISTA GARANTE CRÉDITOS DE ICMS A CONTRIBUINTES

Decisões impedem Fazenda de São Paulo de usar valores para abater dívidas de contribuintes

Por Arthur Rosa — De São Paulo

[Leia Mais](#)

TRIBUTÁRIO

STF FORMA MAIORIA PARA ANALISAR COBRANÇA DE ISS SOBRE CESSÃO DE USO DE MARCA

Ministros também votam pelo reconhecimento da repercussão geral no tema

CRISTIANE BONFANTI

[Leia Mais](#)

COM PATRIMÔNIO PESSOAL

SÓCIOS RESPONDEM POR DÍVIDA DE EMPRESA ENCERRADA DE FORMA IRREGULAR, DIZ TJ-SP

14 de abril de 2022, 16h44

Na hipótese de dissolução irregular de sociedade, sem a existência de bens no polo passivo da execução, o patrimônio particular dos sócios fica sujeito à constrição, para saldar a dívida.

[Leia Mais](#)

STJ MANTÉM EXECUÇÃO FISCAL SEM GARANTIA DO VALOR EM DISCUSSÃO

Presidente da Corte considerou que imóvel foi oferecido para assegurar a dívida

Por Arthur Rosa — De São Paulo

[Leia Mais](#)

JUSTIÇA OBRIGA UNIÃO A LIBERAR VERBA PARA ACELERAR ANÁLISE DE PATENTES

Corte no orçamento do INPI foi de quase 50% do valor antes previsto

Por Laura Ignacio e Bárbara Pombo — De São Paulo

[Leia Mais](#)

SEM CIÊNCIA PRÉVIA

TJ-SP REDUZ TAXA COBRADA POR ATRASO NA DEVOLUÇÃO DE CONTÊINERES

Devido à "abusividade caracterizada pela obrigatoriedade da assinatura do termo de compromisso para se proceder à devolução", a 14ª Câmara de Direito Privado

do Tribunal de Justiça de São Paulo diminuiu um valor cobrado por atraso na devolução de contêineres.

[Leia Mais](#)

MULTA DA ANS

SEGURO GARANTIA E FIANÇA SUSPENDEM CRÉDITO NÃO TRIBUTÁRIO, REFORÇA STJ

Por Danilo Vital

A oferta de seguro garantia ou fiança bancária pelo devedor é suficiente para suspender a exigibilidade de créditos não-tributários inscritos na Dívida Ativa. Nessa hipótese, não se aplica a Súmula 112 do Superior Tribunal de Justiça.

[Leia Mais](#)

COISA POUCA

AUGUSTO ARAS DEFENDE A EXTINÇÃO DE EXECUÇÕES FISCAIS DE BAIXO VALOR

O procurador-geral da República, Augusto Aras, enviou ao Supremo Tribunal Federal parecer no qual defende a constitucionalidade da extinção de execuções fiscais de valor inferior ao salário mínimo. A manifestação leva em conta a possibilidade legal de protesto das certidões de dívida ativa e o princípio da eficiência na administração da Justiça.

[Leia Mais](#)

ERRO NO SISTEMA ELETRÔNICO DA JUSTIÇA PODE CONFIGURAR JUSTA CAUSA PARA AFASTAR INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, decidiu que o erro em sistema eletrônico de tribunal na indicação do término do prazo recursal é apto a configurar justa causa, prevista no artigo 223, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil de 2015 (CPC), para afastar a intempestividade do recurso.

[Leia Mais](#)

ADUANA

RECEITA FEDERAL SIMPLIFICA REQUISITOS EXIGIDOS PARA REGISTRO E ARMAZENAMENTO DE INFORMAÇÕES NO SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTROLE ADUANEIRO

Medida também disciplina o envio de eventos pelos intervenientes que operam em locais ou recintos alfandegados ou autorizados a operar com mercadorias sob controle aduaneiro.

[Leia Mais](#)

SERVIÇOS

ROTA BRASIL: PROGRAMA DA RECEITA FEDERAL CRIA PADRÃO NACIONAL DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DE RASTREABILIDADE DE PRODUTOS

Medida visa otimizar os mecanismos de controle de produção e apuração de tributos.

[Leia Mais](#)

TST CONDENA EMPRESAS DE SEGURO POR MANIPULAÇÃO DE DADOS E DESRESPEITO À LGPD

Convergência Digital

A Justiça trabalhista brasileira proibiu o setor de seguros de continuar utilizando dados pessoais de caminhoneiros no método de certificação que define os motoristas que podem transportar carga no Brasil.

[Leia Mais](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)